

PROPOSTA N.º 181/2017 - AUTORIZAR A DESPESA DECORRENTE DA EMISSÃO DA GARANTIA BANCÁRIA PARA ATRIBUIÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO JURISDICIONAL, BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AUTORIZAÇÃO PARA O RESPETIVO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA:

O Sr. Presidente em exercício: - Ponto 3 da nossa Ordem de Trabalhos, relativamente à autorização da despesa, decorrente da emissão de uma Garantia Bancária para um processo que nós temos em curso, Processo Judicial. Pergunto se há alguma dúvida relativamente a este Ponto? Está aqui a Sr.ª Diretora. Há? Muito bem, Sr. Vereador António Proa, é mais fácil colocar as dúvidas e depois, Sr. Vereador António Proa, faça favor.

O Sr. Vereador António Proa: - Eu ia sugerir o contrário, vamos lá ver, nós estamos aparentemente, isto é um Processo de facto muito antigo, o que é em causa, é que nós estamos aqui a propor adiar o cumprimento de uma decisão, eu acho que numa expectativa que valia a pena que ficasse aqui clara qual é, qual é o risco que se corre em adotar esta estratégia, no fundo.

O Sr. Presidente em exercício: - Pedi à Dr.ª Paula Pires Coelho para estar aqui connosco, para nos exatamente detalhar alguma dúvida que exista, faça favor.

A Sra. Dr.ª Paula Pires Coelho: - Boa tarde a todos. Não se trata propriamente de adiar uma decisão, há uma decisão que condenou o Município em 54 milhões, num Processo que já dura há 20 anos, e em que já havia sido condenado em 2010, em 120 milhões, portanto em recurso, já conseguimos retroceder cerca de 62 milhões neste Processo, só que mais uma vez não concordámos com a sentença e voltámos a recorrer.

A questão é que os Recursos em matéria cível têm efeito meramente devolutivo, ou seja, não tendo efeitos suspensivos a sentença, ela pode ser imediatamente executada pelos autores, pela parte contrária, e a execução hoje em dia inicia-se com a imediata penhora de bens, e portanto, o que se pretendeu evitar com a Prestação de Caução, que a Lei prevê que nestes casos possa ser prestada Caução, para evitar a execução e obter o efeito suspensivo do Recurso.

E portanto, para evitar, quer uma penhora das Contas Bancárias, que é logo por onde eles começam, quando normalmente as penhoras sobre entidades

que são solvíveis, como a Câmara Municipal de Lisboa, inicia-se logo com a penhora das Contas; quer sobre imóveis, entendeu-se que apesar de estarmos a falar de um valor muito elevado, valia a pena não correr o risco de uma Execução, tanto mais que os Autores começa também a estar um bocadinho cansados com este Processo, porque o mesmo já se arrasta há 20 anos nos tribunais, e eles há 20 anos que esperam uma indemnização.

Há uma questão que vale a pena reforçar, é que em 2005, o Processo correu até 2005 apenas com um pedido de indemnização, a quantia não era líquida, só foi Liquidação em 2006, depois do Supremo Tribunal vir a definir que efetivamente a Câmara tem que pagar uma indemnização aos Autores, depois restava apurar em Liquidação e Execução de Sentença, qual era e o montante. E o problema é que os Autores vieram fixar num montante exageradíssimo e a partir daí condicionaram todo o percurso deste Processo, porque quer os Juízes, quer os Peritos que são chamados a pronunciar-se, quando vêm um pedido de 120 milhões, mesmo que queiram baixar, isto condiciona muito todas as partes que se envolvem.

E nós sempre considerámos, desde o principio, que isto era uma coisa completamente aberrante, exageradíssima e tentámos demonstrar aos tribunais que isto não tem pés, nem cabeça, só que os tribunais cíveis estão muito menos sensíveis do que o administrativo, para as questões ligadas às Autarquias e ao Direito Público Geral, e acharam sempre que isto era um Contrato de Direito Privado e que os Autores tinham direito a ser indemnizados, e por mais aberrante que seja, mas efetivamente aconteceu, na 1.^a Fase deste Processo, já num incidente de Liquidação, os Peritos chegaram a um valor de 140 milhões, uma coisa nunca vista, e fomos condenados a 120 milhões porque por lei não pode haver uma condenação superior ao pedido e o pedido limitava-se a 120 milhões. Mas quer dizer, isto não é um adiar, isto é, aliás este curso eu também colaborei nele, fiz as alegações, sou advogada neste processo e, portanto, mais uma vez estou convicta que a perícia foi completamente errada. Acho que os peritos no nosso país ainda não perceberam bem o que é que é o enriquecimento sem causa, e que o enriquecimento sem causa não tem nada a ver com avaliações de mercado. o enriquecimento sem causa foi aquilo em que o município, a base legal é que o município foi condenado. Tem por objetivo apurar o enriquecimento do município e o empobrecimento dos autores. E nós entendemos que neste processo, além deles não terem empobrecido porque o PRAD -, eu estou só a fazer uma explicação. O PRAD na altura em que se fez a doação em 1983 ainda antes do contrato denominado com a SGAL, tinha por objetivo esta doação que era uma cedência no âmbito dum loteamento que

lhes foi aprovado, tinha por objetivo fazer realojamento social e equipamento. E os autores na nossa opinião foram beneficiados com isto, porque depois com o PUAL, a alteração do PUAL alterou os termos daquele plano todo da Alta do Lumiar e decidiram que o realojamento devia se situar e concentrar em zonas concretas e não disseminado ao longo da Alta do Lumiar. E portanto, os autores em vez de terem habitação social ao lado dos seus prédios, tiveram habitação normal, e portanto nós sempre defendemos isso e os serviços nunca perceberam isto. Já foi ao Supremo e já desceu e já decorreu todas as instâncias. E portanto mais uma vez estando em causa valores tão elevados achamos que devíamos recorrer, era uma questão de melhor defesa do município num caso destes que é um bocadinho aberrante para nós, atento o valor em que os autores liquidaram a indemnização.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado Dr.^a Paula Pires Coelho.
Sr. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento também a Dr.^a Paula Pires Coelho. Conhece este dossier muito bem, não tinha dúvidas sobre isso.

Eu suscitei esta intervenção porque me parece importante que fique claro, eu utilizei a expressão adiar porque estamos, enfim, a

A Sra. Dr.^a Paula Pires Coelho: - A adiar um problema.

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - A adiar a execução de alguma coisa que vai acontecer, não neste montante, e a sua intervenção foi importante para tornar claro que a nossa expectativa e, portanto nós estamos aqui disponíveis para pagar um preço para depois na expectativa fundada pelos seus argumentos e pela sua sensibilidade, e pela confiança que depositamos nos seus argumentos, de que o município virá a ser beneficiado com este adiamento, e portanto com este recurso. E era isso que eu gostaria que ficasse claro.

A Sra. Dr.^a Paula Pires Coelho: - Desde o princípio que o município se disponibilizou para negociar, mas os valores em negociação eram sempre tão altos que não havia hipótese de conversarmos com a parte contrária. O recurso além de querermos afastar um valor exageradíssimo novamente condenação, também teve por base tentarmos que a outra parte perceba que nós estamos

convictos da nossa razão e melhorar o um bocadinho as condições da negociação. Porque se nós não recorrêssemos nós estamos agora completamente com a corda na garganta. E entretanto em negociações, a proposta anterior era com uma garantia bancária do valor de condenação mais juros e, aliás o mandatário dos autores que é o Dr. Osvaldo Gomes queria ainda mais 5 anos de juros, porque há jurisprudência que vai nesse sentido. e agora conseguimos, depois de muita negociação com ele, que ele baixasse só para o valor da condenação. E ainda vamos em negociações para eventualmente tentarmos substituir a garantia por uma hipoteca sobre bem imóvel da Câmara que não tem custos para o município e que lhe dá uma garantia de pagamento de cumprimento de obrigação.

O SR. Presidente em exercício: - Muito obrigado Dr.^a Paula.

Ponto 3, Proposta 181. Quem vota a favor? Quem se abstém? aprovada pro unanimidade. Uma vez mais agradecer à Dr.^a Paula Pires Coelho por ter estado aqui connosco.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 181/2017, a qual foi aprovada por unanimidade.